



O turismo como meio de justificação da reforma agrária: o caso do acampamento Marielle Vive, Valinhos/SP

José Caio Quadrado Alves¹

Paulo Eduardo Moruzzi Marques¹

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz¹

Resumo: O presente artigo discute as formas de legitimação das ações das famílias engajadas no acampamento Marielle Vive, localizado em Valinhos/SP. Considera-se em particular o papel do turismo comunitário como estratégia para maior visibilidade dos argumentos justificativos que fundamentam as reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região. Desta maneira, inverte-se a questão que comumente orienta as pesquisas em turismo. Ao invés de “o que justifica o turismo?”, a questão central do presente estudo é “o que o turismo permite justificar?”. Assim, serão explorados dois eventos de visitação e vivência no acampamento Marielle Vive que ocorreram por ocasião da 10^o Jornada Universitária pela Reforma Agrária (JURA), organizada notadamente por discentes da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), e do 61^o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administra o e Sociologia Rural (SOBER). Conclui-se que o MST de Valinhos/SP produziu nos últimos anos uma alternativa de turismo rural comunitário que apresenta grande potencial de estímulo ao engajamento de novos apoiadores, favorecendo a constru o de alianças com outras organiza oes da sociedade civil organizada.

Palavras-chave: MST; Turismo Rural; Reforma Agrária; Territórios Periurbanos.

Tourism as a means of justifying agrarian reform: the case of the Marielle Vive camp, Valinhos/SP

Abstract: This article discusses the legitimization strategies employed by families involved in the Marielle Vive camp located in Valinhos/SP. It specifically considers the role of community tourism as a strategy to increase visibility for the justifying arguments underlying the claims of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the region. Thus, the study shifts the typical tourism research question from “what justifies tourism?” to “what does tourism allow to justify?”. Two events of visitation and experience at the Marielle Vive camp during the 10th University Journey for Agrarian Reform (JURA) and the 61st Congress of the Brazilian Society of Rural Economics, Administration, and Sociology (SOBER) will be explored. The conclusion suggests that the MST in Valinhos/SP has developed an alternative community-based rural tourism in recent years, demonstrating significant potential to engage new supporters and facilitate alliances with other organized civil society organizations.

Keywords: MST; Community-Based Rural Tourism; Agrarian Reform; Peri-Urban Territories.

¹ Universidade de São Paulo (USP), Brasil. *Autor Correspondente: jcaioesalq@usp.br

Introdução

Nas últimas décadas, diversos estudos científicos dedicados à compreensão dos fenômenos turísticos tiveram como objetivo central ponderar sobre as possibilidades de efetivação de um turismo capaz de corresponder às demandas éticas da sociedade (CANDIOTTO, 2009). Efetivamente, estas pesquisas podem se apoiar em aportes teóricos que identificam os senso-morais predominantes em determinado espaço-tempo (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020). Nesta ótica, a eclosão de crises - sejam econômicas, políticas, morais ou religiosas - propicia a emergência² de novas percepções de mundo justo e, conseqüentemente, de novas reivindicações compartilhadas socialmente, além de permitir evidenciar contradições existentes. Trata-se de um processo de reavaliação dos valores (BECK, 2018), conduzindo a mudanças que se constroem de forma lenta e por meio de conflitos, argumentativos ou não.

Um caso emblemático aqui se refere ao processo de tomada de consciência da crise climática global, cenário de cataclismo que evidencia cada vez mais riscos de extinção da espécie humana, bem como de outras espécies, em decorrência da destruição e poluição acelerada dos bens naturais. Não por acaso, as organizações do ramo turístico buscam formas de responder aos anseios globais por propostas mais sustentáveis, resultando numa série de estratégias de alinhamento de suas atividades a planos de conservação dos ecossistemas. Então, é concebido o Turismo Sustentável, categoria que foi incessantemente utilizada por entidades multilaterais, como a Organização Mundial do Turismo (OMT), para manifestar o alinhamento do setor turístico com as novas tendências globais. Este tipo de manifestação não necessariamente representa produção de resultados ou formas de turismo efetivamente sustentáveis, mas desempenha papel importante de constituição de uma estratégia retórica (CANDIOTTO, 2009). Nesta linha, diversas categorizações são nos últimos anos propostas, como "Ecoturismo" (LABORDA, 2023; REIS, 2017), "Turismo Ambiental" (PAULINO, 2023; TORTADO, 2021), "Turismo Rural Sustentável" (LIMA, 2019; FEITOSA, 2009), para apresentar formas "alternativas" de turismo, ou seja, enquanto possibilidades mais coerentes frente às novas contradições existenciais da sociedade moderna.

Diferente do que se tem apresentado na maioria dos estudos sobre as atividades turísticas, o presente artigo não tem a pretensão de apresentar um estudo de caso sobre a viabilidade ou não de determinado segmento do turismo. A intenção aqui consiste em inverter as questões. Ao invés de perguntar "[...] o que justifica o turismo?", a proposta da análise consiste em responder ao questionamento relativo "ao que o turismo pode justificar". Mais especificamente, trata-se de indagar qual o papel das atividades turísticas

² O termo "emergência" é utilizado aqui no sentido foucaultiano, de surgimento ou aparecimento de novos *sentidos* particulares ao tempo histórico em questão (FOUCAULT, 2012).

na legitimação de reivindicações sociais pela democratização do acesso à terra? Nesse sentido, a ideia não se resume apenas a discutir as formas de reapropriação e valorização das territorialidades, com a reconstrução de comunidades e de cultura no meio rural, mas principalmente refletir sobre os possíveis impactos do reconhecimento das justificações mobilizadas por movimentos sociais do campo em disputas políticas por terra. Este processo tem cada vez mais se realizado por meio de atividades de visitação de espaços comunitários de resistência e de inova o socioambiental.

De acordo com Escobar (1998), muitos movimentos sociais de luta pela terra e pelos territórios, em especial no contexto da América Latina, apresentam como estratégia central de mobiliza o das pautas sociais e legitima o de suas causas a vincula o da biodiversidade às práticas culturais e ao modo de vida das comunidades. Essa ecologia política dos movimentos sociais se intensificou nas últimas décadas com o agravamento da crise climática global. Este fen meno constitui uma forma relativamente recente de justifica o da prote o dos territórios de comunidades camponesas e povos tradicionais, permitindo uma reconfigura o das reivindica es relativas às políticas de distribui o de terras. Trata-se de uma estratégia fundamentada na produ o de argumentos de ordem ecológica, em defesa do meio ambiente.

Experiências no meio rural paulista, como os casos dos assentamentos Mário Lago, em Ribeirão Preto, Olga Ben rio, em Tremembé, e Nova Esperança, em São José dos Campos, demonstram que existe grande potencial deste tipo de estratégias legitimadoras que, até certo ponto, mobilizam essa perspectiva de ecologia política, sendo capazes de vincular suas causas e justificativas   defesa do meio ambiente e   prote o dos bens comuns (ALVES; FEST, 2023). No caso do assentamento Mário Lago, as visita es na época de acampamento foram fundamentais para fomentar o engajamento de novos colaboradores, tornando-se uma prática comum até os dias de hoje (ALVES, 2023), mesmo após completar 21 anos em 2023. Por outro lado,   importante ressaltar que não se trata apenas de apresentar justifica es de ordem ecológica. Com efeito, as pautas e reivindica es de movimentos sociais do campo são construídas com a habilidade de conjugar diversas demandas da sociedade, possibilitando a comunhão com organiza es progressistas dos mais diversos horizontes.

Com estas premissas, o presente estudo focaliza o caso do acampamento Marielle Vive, que se configura como um dos estágios característicos da forma de atua o política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela reforma agrária. A ocupa o de determinada propriedade rural ocorre com a permanente mobiliza o das famílias implicadas até que o Instituto de Coloniza o e Reforma Agrária (INCRA) realize a fiscaliza o da área em questão, iniciando procedimentos dos ritos legais que levam   implanta o

do assentamento rural e ao cadastramento das famílias como beneficiárias da reforma agrária.

Durante esse período de acampamento, o MST explora diversas alternativas para favorecer a visibilidade das denúncias de ilegalidades e das reivindicações que fundamentam seus atos políticos. Ocupação da terra, organização de marchas de protesto e outras formas de manifestação pública são algumas das estratégias tradicionalmente utilizadas pelo movimento. Por outro lado, existe pouca literatura sobre a utilização de atividades turísticas como forma de sensibilização e divulgação das reivindicações dos sem-terra, especialmente no estágio de acampamento.

Assim, este artigo apresenta uma análise de duas experiências de visitação e vivência no acampamento Marielle Vive em ocasião de eventos acad micos que ocorreram ao longo do ano de 2023. A primeira atividade ocorreu em 21 de abril, como parte da 10^a Jornada Universitária pela Reforma Agrária (JURA), organizada especialmente pelos discentes da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) e a segunda experiência se desenvolveu por ocasião do 61^o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administra o e Sociologia Rural (SOBER), no dia 27 de junho. Em ambos os casos, constatou-se a existência de um roteiro de visita o visando apresentar a história da ocupa o, bem como as denúncias e justifica es para a desapropria o da fazenda posta em xeque, além das conquistas do movimento até então. Nosso estudo permite salientar que atividades dessa natureza apresentam grande potencial político de gerar sensibiliza o e proporcionar a constru o de alianças com outros segmentos sociais, no caso a comunidade universitária nas proximidades.

Metodologia e contextualiza o

Os dados obtidos no presente estudo foram coletados por meio de técnicas etnográficas na ocasião das visita es ao acampamento Marielle Vive. Ou seja, ocorreram durante as vivências em questão uma observa o participante. Com autoriza o prévia, trechos dos discursos de lideranças do MST foram gravados. Além deste tipo de material, também foram utilizados documentos contendo descri es físicas e demográficas do acampamento. Textos acad micos, oficiais e jornalísticos foram igualmente consultados para detalhamento de situa es de conflito e de mobiliza o.

Quanto   localiza o do acampamento Marielle Vive, a Serra dos Cocais representa uma área de grande importância ambiental na zona rural de Valinhos/SP. Com efeito, os militantes do MST reivindicam a desapropria o da denominada Fazenda Eldorado por não cumprimento das fun es sociais da terra. Convém assinalar que três condicionantes constitucionais estabelecem os princípios de apropria o e uso legítimo da terra, o descumprimento de qualquer uma destas fun es sociais pode justificar a desapropria o da propriedade rural para fins de reforma agr ria³: 1^o nível mínimo de produtividade; 2^o garantia dos

³ Em setembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal chegou   conclusão de que propriedades que apresentam apenas uma das três condicionantes, como nível mínimo de produtividade, por exemplo, não realizam o

direitos e bem-estar dos trabalhadores; 3º conservação dos bens naturais.

O acampamento Marielle Vive completou cinco anos de existência em 2023. É composto no início de 2024 por 953 acampados, sendo que 492 estão na faixa etária de 31 a 59 anos de idade. A proporção de gênero é equilibrada, 48,7% dos sem-terra são mulheres e 51,2 % homens. O acampamento ocupa apenas 15,71 ha da fazenda de 130,26 ha, ou seja, 12% desta propriedade agropecuária.

Como forma de sedimentar e divulgar seu modelo de agricultura alternativa, fundada em produção diversificada, ecologicamente sustentável e benéfica ao trabalhador do campo e aos consumidores, os acampados do MST construíram diversos espaços coletivos voltados para educação, desenvolvimento de conhecimentos agrícolas e formação política das famílias. Quatro desses espaços são particularmente importantes, pois compõem o roteiro de visita em foco.

Escola Popular Luís Ferreira. Trata-se de espaço restaurado a partir dos escombros de estruturas de alvenaria abandonadas na propriedade. É o ambiente onde ocorrem recepção de visitantes; educação para jovens e adultos; educação infantil; oficinas de teatro; atividades culturais; atendimento médico; reuniões e assembleias. Seu nome foi escolhido como homenagem a um militante do MST assassinado por atropelamento intencional provocado por um opositor durante protesto do movimento no dia 18 de julho de 2019.

Horta Mandala. Estes cultivos se destinam a um uso coletivo com um sistema de produção agrícola organizado em forma de mandala. Contém um tanque no centro para o armazenamento de água da chuva e sua distribuição para irrigação da horta, possibilitando também a integração de criação de peixes ao sistema de produção.

Horta de plantas medicinais. Consiste em espaço dedicado exclusivamente ao cultivo de plantas medicinais. O ambiente é extremamente perfumado, garantindo aos visitantes uma experiência aromática e estética muito agradável. A coordenação da gestão e o cultivo da horta são majoritariamente realizados por mulheres, chamadas, de forma carinhosa pelos outros acampados, de “curandeiras”. São as responsáveis por indicar plantas para o tratamento de problemas diversos de saúde, como febre, dor de cabeça ou resfriado.

Refeitório. Este local foi restaurado a partir de ruínas de estruturas de alvenarias abandonadas na propriedade. Comporta uma mesa longa capaz de acomodar grandes grupos de pessoas. Nesse espaço, os acampados servem o almoço aos visitantes e apresentam aspectos da culinária local.

Em cada um dos espaços são apresentadas informações e concepções sobre a dinâmica organizacional do acampamento, as histórias de resistência e o modo de vida no campo. Muitos acampados são oriundos das periferias da cidade, nunca antes tendo tido contato com a agricultura, tornando os relatos ainda mais interessantes à medida que explicam o processo de transição para o modo de vida no campo e suas adaptações à organização proposta pelo MST. Os sem-terra que acompanham os visitantes ao longo do percurso são prestativos

cumprimento das funções sociais da terra. Reafirmou-se pelo consenso do STF que todas as condicionantes devem ser respeitadas de forma conjunta.

e respondem às dúvidas de imediato. Desta maneira, ocorre rapidamente o desenvolvimento de importante empatia pelas pessoas e de apreço pelo território produzido pelos acampados.

Convém aqui apresentar fotos da Horta Mandala, obtidas na página do acampamento Marielle Vive nas redes sociais⁴. As atividades do MST na região são amplamente divulgadas por esses meios virtuais, constituindo uma forma relativamente eficaz de comunicação, o que favorece o engajamento de novos simpatizantes (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Horta "Mandala", Acampamento Marielle Vive, Valinhos/SP.



Fonte: Júlio Matos (2020).

Figura 2 - Tanque para armazenamento de águas de chuva para irrigação da horta "Mandala", Acampamento Marielle Vive, Valinhos/SP.



Fonte: Júlio Matos (2020).

⁴ Link de acesso: <https://www.instagram.com/acampamentomariellevivesp/>. Último acesso em 21/11/2023.

Referencial teórico de análise

Ao tratarmos de conflitos argumentativos ou estratégias para legitimação de pautas sociais, a sociologia das justificações se apresenta como uma base teórica analítica extremamente fecunda. Inaugurada por Luc Boltanski e Laurent Thévenot na obra *De la justification: les économies de la grandeur*, primeira edição em 1991, é uma das principais influências da chamada “virada pragmática” na França (WERNECK, 2012). Mais especificamente, a teoria das justificações se preocupa com o fenômeno social de produção de novos compromissos e acordos entre atores sociais, da deformação e formação de uma ordem social. Com efeito, visa responder a questões relativas à produção de soluções fundamentadas em princípios de bem-comum em situações de conflitos argumentativos instaurados por meio da crítica, ou nos *moments critiques* (momentos críticos) (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

O conceito de justiça é central para esta abordagem. É através da mobilização de argumentos fundamentados em uma determinada perspectiva de mundo justo que os atores sociais legitimam suas ações e posicionamentos frente à crítica, assim como constituem os argumentos críticos ou justificativos. Não se trata de uma justiça universal, como defendida pelos filósofos, ou uma infinidade de justisas, como proposto pelo relativismo cultural, mas sim de uma pluralidade limitada de ordens de justiça que, na maioria das situações, são postas em confrontação (*Ibidem*). Esta pluralidade se constitui dentro de limites socioculturais, econômicos e físicos que caracterizam determinado período histórico (*Ibidem*). Noções de uma justiça ecológica⁵, por exemplo, só se cristalizaram no Ocidente na medida em que os conhecimentos ecológicos e a crise climática global torna cada vez mais evidente a existência de uma rede de interdependência entre humanos e não humanos (ALVES, 2023). Com efeito, outras qualificações da realidade são construídas, assim como novas atribuições de grandeza e pequenez para determinadas ações e posicionamentos. Assim, conforme as situações, compostas por representações distintas qualificadas enquanto perspectivas de bem comum, podem emergir novas concepções de justiça (*Ibidem*).

Toda ordem de justiça ou mundo justo apresenta seis elementos constitutivos: a) o princípio de humanidade comum; b) o princípio de dessemelhança; c) a dignidade comum; d) a ordem de grandeza; e) a fórmula de investimentos; e f) o bem comum (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020).

O primeiro explicita uma forma de identidade comum partilhada por todas as pessoas. O não reconhecimento de direitos de uma parte dos seres humanos

⁵ Justiça ecológica se diferencia de justiça ambiental na medida em que esta última trata da manutenção dos recursos naturais para o benefício e bem-estar humano, isto é, uma perspectiva antropocêntrica de justiça. A justiça ecológica, por sua vez, abrange novos paradigmas, como o reconhecimento de uma comunidade biótica (humanos e não humanos) e o valor intrínseco da natureza. Trata-se assim de uma justiça biocêntrica (GUDYNAS, 2019).

impossibilita uma concepção de justiça comum.

O segundo trata da distinção de estados, categorizando ações, posicionamentos, seres e objetos associados a uma escala de grandeza.

O princípio da dignidade comum comunica a universalidade de acesso aos diferentes níveis de grandeza. Isto é, todos podem em princípio atingir os mais altos (*worthy*) ou baixos (*unworthy*) graus de valoração.

O quarto elemento trata do ordenamento das coisas de acordo com específicos princípios de grandeza que orientam o alcance ao bem comum.

O quinto elemento revela os sacrifícios necessários para atingir os mais altos níveis de grandeza. Refere-se assim ao investimento, que envolve reprimir algumas ações e adotar comportamentos específicos, associado à determinada forma de grandeza.

Por fim, toda concepção de justiça deve responder de alguma maneira ao interesse comum, beneficiando a todos de um modo ou outro, mesmo que de forma muito desigual.

No total, Boltanski e Thévenot (2020) foram capazes de sistematizar seis mundos justos com seus princípios de justiça que desempenham um papel central na forma como as pessoas justificam o engajamento em determinadas ações ou posicionamentos. Nos termos da sociologia pragmática, trata-se de seis lógicas articuladas por princípios morais que, quando associadas à política, são susceptíveis de produzir ações conjuntas coordenadas: a) justiça doméstica; b) justiça inspirada; c) justiça de renome; d) justiça cívica; e) justiça industrial; f) justiça mercantil.

Além deste universo, Boltanski e Chiapello (2020) identificaram em trabalhos posteriores a ordem de justiça por projetos, que constituiria a nova geração do espírito do capitalismo. Com efeito, trata-se da renovação da ideologia que justifica o engajamento no capitalismo. Para além dos princípios mercantis e industriais, cujas grandezas estão fundamentadas no lucro e na produtividade, a justiça por projetos assenta sua noção de bem comum na conectividade, no fluxo contínuo de projetos e na construção de redes de colaboração. Lafaye e Thévenot (2017), por sua vez, abordam a possibilidade de um *cit  *⁶ ecol  gica ou *cit  * verde que fundamenta o bem comum no alcance da sustentabilidade, associado ao cuidado com as futuras gerações e com os seres n  o humanos. Diversos estudos realizados no Brasil mobilizam o conceito de ordem de justi  a ecol  gica para tratar diferentes quest  es em torno da reforma agr  ria e do ativismo alimentar (RETI  RE; MORUZZI MARQUES, 2019; MORUZZI MARQUES; BLANC, 2020; MORUZZI MARQUES *et al.*, 2021; ALVES; FEST, 2023; ALVES, 2023).

No caso do acampamento Marielle Vive,    poss  vel identificar um maior

⁶ O termo *cit  * empregado por Boltanski e Th  venot (1999) faz alus  o    ideia de *polis* na Gr  cia antiga. Isto significa um espa  o comum de interações onde os atores gozam de direitos democr  ticos que lhes possibilitam expressar publicamente suas aspirações e diferentes percepções acerca da justi  a.

alinhamento a questões socioambientais em depoimentos de lideranças do MST. Este tipo de argumentações costura frequentemente compromissos entre diferentes ordens de justiça. Ou seja, tais discursos justificativos apresentam grandezas de duas ou mais ordens de justiça distintas, mas que, de alguma forma, são capazes de combiná-las de forma mais ou menos coerente no desenvolvimento dos argumentos. Por exemplo, as construções seguintes permitem evidenciar estas articulações⁷ “com os sem terra, a fazenda se transformou em um *grande acampamento produtivo* ^{c-u} [ocupação popular e legítima, mas também produtiva], que *doa alimentos saudáveis* ^{c-d-e} [garantia do direito à alimentação e cuidado alimentar no âmbito doméstico, mas sem a utilização de agrotóxicos] e *comercializa cestas de produtos agroecológicos* ^{m-e} [gera renda e realiza bons negócios, mas por meio de um modelo de produção ecológico]” (ADUSP, abril de 2023).

Os compromissos entre diferentes *cités* são capazes de abarcar posicionamentos muitas vezes opostos, mas também podem estar mais sujeitos a denúncias que buscam “purificar” os argumentos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020). Este artigo visa identificar tais compromissos nos discursos em torno de vivências e visitas ao acampamento Marielle Vive, além de realçar a comunicação de valores e ideais, considerando escalas de grandezas, recepção de provas de validação dos argumentos e enfim ajustes de forma a gerar maior engajamento da sociedade.

Trajeto de visitação e as atividades de vivência:

A primeira visita em abril de 2023 teve início pela manhã, com ponto de partida a Escola Popular Luís Ferreira. Neste ambiente, ocorreu uma breve apresentação dos visitantes e dos anfitriões. Wilson Aparecido Lopes, dirigente estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e uma das lideranças responsáveis pela coordenação das visitas, apresentou o histórico da luta dos sem-terra na região, enfatizando as principais resistências encontradas no município de Valinhos, assim como as importantes conquistas do MST ao longo dos cinco anos de existência do acampamento Marielle Vive. Outros militantes são convidados a relatar suas experiências no local, complementando o discurso de Lopes. Por exemplo, contam casos de intimidação, atentados a tiro contra o acampamento e o assassinato do militante Luís Ferreira. A propósito, este drama ocorreu em meio a uma das lutas mais árduas do acampamento, aquela pelo direito à água. A mobilização por este direito no dia 18 de julho de 2019 se organizou em torno de uma manifestação pacífica na rodovia de acesso à área

⁷ Em sobrescrito as grandezas que seguem a lógica de determinado mundo de justiça: ^c para o cívico; ^u para o industrial; ^d para doméstico; ^m para o mercantil; ^o para de renome/opinião; ⁱ para o inspirado; ^p para por projeto; ^e para ecológico. As indicações de críticas e compromisso seguem o seguinte padrão: ^{cd} aponta para uma crítica direcionada ao mundo cívico por meio do mundo doméstico; por outro lado, ^{cd} representa um compromisso a partir do mundo cívico para com o mundo doméstico (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020).

ocupada. Tratou-se de uma ação visando reduzir a velocidade do trânsito para distribuição de panfletos informativos sobre as reivindicações do movimento aos motoristas que trafegavam pela região. No decorrer do protesto, um motorista ensandecido avançou sobre as famílias e atropelou propositalmente Ferreira, que morreu no local.

Por outro lado, os assentados e as assentadas também expressam suas alegrias em fazer parte do movimento, o que permite notadamente desenvolver um senso de comunidade, incorporar habilidades agrícolas, defender uma causa coletiva e, mesmo, aprender a ler e escrever. Estas exposições permitem constatar a importância para os sem-terra de apresentar aos visitantes argumentos que justifiquem sua luta pela terra. Apontam para crimes e irregularidades que ocorriam na propriedade rural antes da ocupação, realçam suas preocupações com o meio-ambiente e com o bem-estar das famílias, assim como mencionam o potencial produtivo das hortas agroecológicas que, mesmo em contexto de acampamento, são capazes de abastecer parte do consumo interno e destinar o excedente da produção para doações.

Em seguida, é servido um café no mesmo espaço, acompanhado de pães, bolos e geleias, tudo de forma organizada e zelosa. Nessa “pausa”, os anfitriões e os visitantes aproveitam para desenvolver maior entrosamento, produzindo um clima mais agradável e convival. A propósito, estudos que tratam do turismo rural comunitário (CUNHA, 2015; SOUZA, 2016; GIANNINI, 2017; NODARI, 2005) enfatizam a importância de momentos de comensalidade na construção de relações sociais de afeto, propiciando a valorização da comunidade e da cultura local pelos visitantes.

Nesta atmosfera acolhedora, após o café, os visitantes são conduzidos até a Horta Mandala, onde Lopes explica o nascimento do projeto de implantação destes cultivos em forma de mandala. Na época, a associação da produção agrícola com paisagismo ambiental representou uma estratégia importante para divulgação da pauta socioecológica defendida pelo movimento, proporcionando maior visibilidade às reivindicações do MST por meio da divulgação deste tipo de práticas nas redes sociais.

Após a primeira passagem pelos cultivos em sistema mandala, o grupo é guiado até a Horta de Plantas Medicinais. Trata-se de iniciativa de um grupo de acampadas que se reuniam para trocar ervas com propriedades curativas, tendo conhecimentos sobre chás para alívio de diferentes enfermidades. Essa prática se tornou mais efetiva na medida em que a Horta de Plantas Medicinais cresce e passa a atender outras famílias acampadas. O reconhecimento do cultivo de plantas medicinais não se limita às opiniões internas do acampamento: nos equipamentos de comercialização da produção agrícola, como feiras, por exemplo, as plantas medicinais despertam o interesse das pessoas e fomentam

diálogos e sensibilização sobre a luta do Marielle Vive, como relataram diversas agricultoras. Após a etapa de explicação, as anfitriãs convidam os presentes para explorar a horta medicinal, sentindo o cheiro das plantas e dialogando com as curandeiras.

No almoço servido no refeitório, os alimentos foram preparados pelos próprios acampados. Apesar da estrutura precária e dos utensílios em plástico, a experiência não pareceu desagradável para nenhum dos visitantes. A comida saborosa e bem preparada alimentou mais um momento prazeroso de sociabilidade entre visitantes e acampados. Após a refeição, dois grupos foram formados, cada um designado para uma atividade de vivência. O primeiro grupo recebeu a tarefa de plantar junto com os acampados mudas de árvores nativas para a restauração de nascentes na fazenda. O segundo grupo realizou junto com os agricultores plantios na Horta Mandala.

Neste segundo grupo, os agricultores explicaram como preparam canteiros, adubam o solo, distribuem cobertura morta com matéria orgânica disponível e, finalmente, plantam mudas de alface. A atividade durou todo o período da tarde e foi uma oportunidade de conhecer de forma visceral o dia a dia do trabalho no campo.

A última parte da visita ocorreu em dois momentos na Escola Popular Luís Ferreira. Em primeiro lugar, as lideranças do acampamento detalharam aos visitantes a situação jurídica do acampamento que se encontrava na época sob constante ameaça de despejo. Ao fim, os presentes foram convidados a compartilhar suas impressões sobre a vivência. A sensibilização com a causa do MST se tornou clara no relato de experiência dos visitantes, ocorrendo mesmo manifestação de disposição em contribuir com a defesa do acampamento. A despedida ocorreu com a exposição de produtos alimentares e artesanatos que os acampados comercializavam, mencionando o objetivo de arrecadação de recursos para a sustentação do acampamento.

Justificando a reforma agrária por meio do turismo:

A partir desta primeira experiência, convém agora retornar à questão central do presente trabalho, ou seja “como o turismo justifica ações ou perspectivas?”. De acordo com Souza (2016), o turismo rural de base comunitária apresenta uma série de potencialidades para além da diversificação da economia e criação de novas fontes de renda para as famílias no campo. Visitações de descoberta, atividades de vivência, contato com a história local e gastronomia típica proporcionam experiências que valorizam aspectos materiais e imateriais dos territórios rurais, os bens culturais e naturais de determinada comunidade ou paisagem territorial.

Ao apresentar o caso do município de Santo Antônio da Patrulha/RS em

termos do desenvolvimento de um turismo rural de base comunitária, Cunha (2015) demonstrou que o fluxo de visitantes representou um impacto significativo na revitalização das coletividades e organizações locais, assim como na criação de novos incentivos para restauração e conservação do meio ambiente. Além do financiamento do Estado, o projeto contou com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da própria prefeitura de Santo Antônio da Patrulha e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Então, a rede de atores constituída foi fundamental para a concepção e implementação de serviços turísticos.

Três atividades em particular foram apontadas por Cunha (2015) como centrais no processo de viabilização do território turístico de base comunitária:

1º criação de um Mapa da Comunidade. Por meio de oficinas, foram desenvolvidos mapas de forma conjunta com os agricultores, o que constituiu “cartografias sociais do território” que permitem identificar o conhecimento da comunidade sobre aquele espaço e as potencialidades para visitaçao;

2º elaboração de Calendário Histórico. Trata-se de ferramenta pensada para implantação de roteiros históricos culturais, valorizando as particularidades socioculturais e socioambientais de cada espaço que compõem o território turístico. Torna-se possível então organizar e apresentar de forma mais eficiente os atrativos turísticos de cada espaço e grupo, além de permitir reconstruir a história dos territórios;

3º Mutirões. A ideia aqui consiste em promover capacitação para mobilização e organização de pessoas a fim de formar uma força coletiva com objetivos comuns. Com efeito, é meio de canalizar energias para realização de tarefas como o plantio de uma área, a reforma de espaços de uso comum ou a limpeza dos lugares.

É possível identificar diversas similaridades entre projetos de desenvolvimento do turismo rural de base comunitária (CUNHA, 2015; SOUZA, 2016; NODARI, 2005; RAMIRO; ROMERO, 2012) e o caso do acampamento Marielle Vive. Em particular, a potência das organizações comunitárias permite a produção de alianças entre acampados, assim como entre MST e outras organizações da sociedade civil.

Nos exemplos de turismo de base comunitária, como também no caso do Marielle Vive, o turismo desempenha um papel de valorização da comunidade local e de reconhecimento dos territórios rurais. Assim, é possível pensar no turismo como meio para legitimação da territorialidade de diferentes comunidades rurais, vinculadas ou não a movimentos sociais de maior envergadura, bem como para reconhecimento das justificações daqueles que lutam pelo direito de acesso democrático à terra.

Os dois eventos, a 10ª JURA/ESALQ e o 61º congresso da SOBER, resultaram

em materiais produzidos por docentes e discentes das universidades que participaram das visitas ao acampamento Marielle Vive. Estes documentos expressam posicionamentos de apoio às reivindicações do MST na região de Valinhos/SP e podem ser mobilizados como provas de veracidade das justificações apresentadas pelo movimento, fortalecendo assim as argumentações em favor da reforma agrária.

No dia 2 de agosto de 2023, foi publicada no informativo WEB da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), assim como em portais de grupos de pesquisa envolvidos na iniciativa, notadamente do Grupo de Pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas (AGREMAL), a “Carta aberta de apoio ao MST e ao Acampamento Marielle Vive”. Além de condenar a criminalização do movimento, em especial no que se refere à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o MST, a carta também apresenta uma série de argumentos com fundamentações em diferentes princípios de justiça. Destacamos em *itálico* algumas das grandezas mobilizadas no argumento.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), de forma truculenta e arbitrária [denuncia a existência de motivações particulares], busca criminalizar a atuação popular de um dos maiores movimentos sociais pela democratização do acesso à terra na América Latina^{c-o} [defesa dos direitos e da vontade popular por meio de um movimento internacionalmente reconhecido] [...] o MST tem demonstrado nas últimas décadas um potencial gigantesco para o avanço da transição agroecológica no campo^e [promoção de práticas ecológicas], para o enfrentamento da insegurança alimentar^{d-c} [cuidado alimentar no âmbito doméstico e direito à alimentação] e para a conquista de direitos sociais das populações mais vulneráveis^c [acesso a direitos fundamentais] [...] As cerca de 300 famílias que estão instaladas no acampamento Marielle Vive têm o direito de acesso à terra^c [defesa dos direitos assegurados por lei], representando sua melhor forma de uso^u [alternativa mais eficiente], com a produção de alimentos saudáveis^{u-e} [produtivo e sustentável], sob manejo agroecológico^e [perspectivas ecológicas] e com práticas econômicas inclusivas^{m-c} [relações comerciais democráticas] (AGREMAL, agosto de 2023).

No caso da JURA, realizada por docentes e discentes da ESALQ/USP, os produtos do evento foram materiais audiovisuais, com manifestações de alunos e lideranças do acampamento Marielle Vive, bem como vídeos que captaram parte das atividades de vivência realizadas no dia da visita. Por outro lado, no site do MST estão disponíveis publicações sobre o evento, apresentando o tom ecologista na estratégia argumentativa adotada pelo movimento social.

Esta iniciativa de comemorar os dez anos de JURA/ESALQ representa

a intenção de apoio sem hesitação ao Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, com meta de *plantio de 100 milhões de árvores em dez anos*^e [práticas de restauração da biota]. As ideias deste plano se vinculam à referida ressignificação da Reforma Agrária, na medida em que seus objetivos destacam o fomento à *educação ambiental*^e [conscientização ecológica] com vistas a *regenerar a natureza*^e [restauração da biota] como meio essencial para a *produção sustentável de alimentos saudáveis*^{u-e-d} [produtividade alinhada com sustentabilidade e cuidado no âmbito doméstico] (MST, abril de 2023).

Conclusão

O MST em Valinhos/SP apresenta estratégias das mais inovadoras para o engajamento de novos aliados e simpatizantes por meio de atividades turísticas no campo. Não se trata apenas de uma forma de arrecadação de recursos, mas principalmente de apresentação de justificações que permitam a sensibilização e reconhecimento do território Marielle Vive pela sociedade. Estas justificações mobilizam princípios emergentes de justiça ecológica, que tendem cada vez mais a serem considerados como legítimos em diferentes conflitos socioambientais.

Lideranças do acampamento Marielle Vive relatam que, nos últimos anos, ocorreu uma clara mudança de postura de organizações do município de Valinhos e entorno sobre o movimento e as famílias acampadas. Mencionam em especial um maior engajamento de ambientalistas e ecologistas em defesa da permanência do acampamento e da reforma agrária. A carta de apoio ao MST, produzida na ocasião da 61ª SOBER, corrobora com esses relatos ao fundamentar fortemente a justificativa do apoio de docentes e discentes à proteção dos bens naturais da Serra dos Cocais.

Por fim, novos estudos são necessários para explorar em que medida as atividades de turismo nos espaços de acampamento do MST produzem maior engajamento da sociedade, quais princípios de justiça são mobilizados e até onde as manifestações e posicionamentos favoráveis de grupos da sociedade civil organizada favorecem a causa do MST na luta pela reforma agrária. Aqui, foi possível evidenciar que esta forma de turismo, com visitas e vivências, causam impacto social. A questão que vale a pena agora explorar se refere ao papel desempenhado pelo turismo em favorecer o alinhamento de princípios morais com produção de compromissos que justifiquem o engajamento coordenado pela reforma agrária.

Referências

ADUSP. Estudantes encerram a X JURA-Esalq com vivência no Acampamento Marielle Vive. **Soberania Alimentar**, Piracicaba/SP, 28 de abril. 2023. Disponível

em: <https://adusp.org.br/soberania-alimentar/jura-enc/>. Último acesso em: 19 fev. 2024.

AGREMAL. Estudantes, pesquisadores e professores apoiam o MST durante o 61º Congresso da SOBER. **Agriculturas Emergentes e Alternativas**, Piracicaba/SP, 2 de ago. 2023. Disponível em: <https://agremal.wordpress.com/2023/08/02/estudantes-pesquisadores-e-professores-apoiam-o-mst-durante-o-61-congresso-da-sober/>. Último acesso em: 19 fev. 2024

ALVES, José Caio Quadrado. **O espírito do ecologismo e a metamorfose do campo**: um estudo sobre os conflitos sociais no campo em tempos de emergência climática (o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/ SP, 2023.

ALVES, José Caio Quadrado; FEST, G. A. L. Metamorfose do campo: um estudo de caso sobre três assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no estado de São Paulo. In: FERREIRA, L. C.; SELEGUIM, F. B. **A emergência climática**: governança multinível e multiatores no contexto brasileiro. Curitiba, PR: Editora CRV, 2023.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Tradução de Maria Luiza Xavier de Almeida Borges. Revisão técnica de Maria Claudia Pereira Coelho. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2018. 279 p. ISBN 9788537817346 (broch.).

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2020. 701 p. ISBN 9786586016154 (broch.).

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **A justificação**: sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The Sociology of Critical Capacity. **European Journal of Social Theory**, v.2, n.3, p.359-377. 1999.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**, n.16, volume 1 – p.48-59. 2009.

CUNHA, A. M. Turismo rural de base comunitária: a experiência de Santo Antônio da Patrulha (RS). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.4, nov. 2014-jan. 2015.

ESCOBAR, Arturo. Whose Knowledge, Whose nature? Biodiversity, Conservation,

and the Political Ecology of Social Movements. **Journal of Political Ecology**, Vol.5. 1998.

FEITOSA, T. H. C.; FRANCA, M. J. P. Agrofloresta e turismo rural em nova Olinda-CE. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 11, n. 1. 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012. 254 p. ISBN 9788530939663 (broch.).

GIANNINI, N. Possibilidades do turismo rural em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). *In*. **Semana paranaense de turismo da UFPR**, 24, 2017, Curitiba: UFPR, 2017.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo, SP: Elefante, 2019. 333 p. ISBN 9788593115479 (broch.).

LABORDA, M.; Scherer, E.F. Turismo de Pesca e Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: reflexões sobre a categoria “águas de trabalho”. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.16, n.5, p. 430-441, nov. 2023.

LAFAYE, C.; THÉVENOT, L. An Ecological Justification? Conflicts in the Development of Nature. **Emerald Publishing Limited**, Leeds, v.52, p. 273-300. 2017.

LIMA, F. B. C. Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: uma revisão integrativa sobre a Acolhida na Colônia. **Caderno Virtual de Turismo**, v.19, n.2. 2019.

MORUZZI MARQUES, P. E *et al.* Justiça ecológica como bússola para ações em favor da agricultura urbana e periurbana. **RESR**, v.59, n4, e239176, 2021.

MORUZZI MARQUES, P. E.; BLANC, J. Contornos sinuosos de justiça ecológica: o desenvolvimento do bairro rural Demétria em Botucatu/SP. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, v.40, n.2, 366–389. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2020.v40.670>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MST. JURA/ESALQ se enraíza no campus Luiz de Queiroz, em Piracicaba (SP). **Reforma Agrária Popular**, 20 de abril. 2023. Disponível em: JURA/ESALQ se enraíza no campus Luiz de Queiroz, em Piracicaba (SP). Acesso em : 19 fev. 2024.

NODARI, Diogo Ectore *et al.* Turismo no espaço rural brasileiro: novas alternativas para os assentamentos da reforma agrária. **EXTENSIO - Revista Eletrônica de Extensão**, n.3, 2005.

PAULINO, E.G.; PIZZIO, A. Turismo comunitário e desenvolvimento: Na perspectiva dos quilombolas no Parque Estadual do Jalapão (TO) e adjacências. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v 16, n.5, pp. 407-429, nov. 2023.

RAMIRO, Patrícia Alves; ROMERO, Danielli Granado. O papel do turismo frente às novas ruralidades: o caso dos assentamentos rurais. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v.3, n.2, p. 93-116, jul/dez 2012.

REIS, A.F.; Queiroz, O.T.M.M. Concessões nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo: reflexões, oportunidades e desafios. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul. 2017.

RETIÈRE. M.; MORUZZI MARQUES, P. E. A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo. **RESR**, v.57, n.3, p. 490-503, 2019.

SOUZA, Julia Coelho de. Turismo Rural e Comunitário como vetores para o fortalecimento de cadeias agroalimentares familiares e agroecológicas. **Cenário**, Brasília, v.4, n.7, 112– 127 p. 2016.

TORTADO, F. R. *et al.* Turismo de observação de mamíferos no Pantanal. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Cienc. Nat.**, Belém, v.16, n.3, p.351-370, set.-dez. 2021.

WERNECK, Alexandre. **A desculpa**: as circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012. 375 p. ISBN 9788520011676 (broch.).